



**Sociedade Aberta**  
Academia • Comunidade • Acção



# Iº OBSERVATÓRIO NACIONAL DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA (ONIE)

“DESENVOLVIMENTO BASEADO EM RECURSOS:  
ESTAMOS A CAMINHO?”

Maputo, Julho de 2018

**Apoio:**



**Financiamento:**





Momento de abertura do Observatório Nacional da Indústria Extractiva

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde o início do ano 2000, o país tem registado descobertas significativas de recursos minerais e energéticos que atraem grandes investimentos, sendo este o sector que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB).

Todavia, o nosso país também integra a lista dos Estados que enfrentam grandes desafios na exploração e gestão dos recursos minerais e energéticos. Os referidos desafios incluem a criação de ligações intersectoriais, a implementação efectiva da lei e de melhores práticas internacionais relativamente à protecção ambiental e aos Direitos Humanos, o fortalecimento de instituições e a consolidação do sector privado.

A experiência internacional mostra que visando adoptar uma perspectiva de desenvolvimento baseado em recursos, um dos pilares em que o país pode investir para obter melhores benefícios da indústria extractiva é a adopção de um Plano Estratégico de médio a longo prazo, indicando como o sector promoverá um desenvolvimento económico com ligações intersectoriais em parceria com o sector privado e outras partes interessadas.

Sem o investimento desta natureza, mesmo ocorrendo a exploração de recursos minerais e energéticos, corre-se o risco de se manter deficiências estruturais em infra-estruturas básicas, educação, saúde, e negociações pouco vantajosas para o país, mantendo-se a sua vulnerabilidade.

Assim, com o objectivo de se reflectir sobre o estágio da adopção e implementação de uma perspectiva de longo prazo na exploração dos recursos minerais e energéticos, no âmbito da celebração do 43º aniversário da independência nacional, no dia 29 de Junho de 2018 a SA

realizou o 1º Observatório Nacional da Indústria Extractiva, no Hotel Radisson Blu, com o lema: “Desenvolvimento baseado em recursos: estamos a caminho?”

Com uma participação de 100 pessoas, dentre membros das organizações da sociedade civil de todas as províncias, actores do sector privado, das universidades, do governo, da Assembleia da República, parceiros de desenvolvimento do país, e das empresas multinacionais, o evento constituiu um espaço de reflexão estratégica, concertação e aprendizagem relativamente aos processos de governação e promoção de desenvolvimento com base na Indústria Extractiva em Moçambique.

### PAINÉIS TEMÁTICOS DO 1º OBSERVATÓRIO NACIONAL DA INDÚSTRIA EXTRATIVA

O Observatório foi composto por três painéis com temas interligados, nomeadamente:

- Tendências de investimento público na educação, saúde e Infra-estruturas, apresentado por Michael Sambo, do Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE);
- Integração de Recursos Minerais e energéticos nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Nacional, apresentado por Cristina Matusse, do Ministério de Economia e Finanças;
- Projecto Mozambique LNG liderado pela Anadarko: contribuição para o desenvolvimento local, apresentado por Ivo Lourenço, da ANADARKO.





## 1º PAINEL: TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO, SAÚDE E INFRA-ESTRUTURAS

A apresentação teve como horizonte temporal o período de 2010 a 2018, baseando-se na revisão documental de fontes obtidas do website do Ministério de Economia e Finanças, particularmente da Direcção Nacional do Plano e Orçamento, análise dos Orçamentos do Estado e Conta Geral do Estado sobretudo para questões de inflação e deflação. A este respeito, apresentou-se os seguintes constrangimentos ligados à análise desses instrumentos:

- Disparidade estrutural dos orçamentos, onde houve a necessidade de fazer cálculos dos valores agregados em alguns orçamentos, pois apenas havia dados desagregados;
- Valores agregados das categorias díspares do respectivo somatório nas subcategorias orçadas;
- Existência de pelo menos três (3) Orçamentos rectificativos e disparidade de dados orçamentários entre a lei publicada num ano e o Orçamento publicado no ano seguinte.

Os principais pontos apresentados relativos à tendência de Investimento Público nas áreas so-

ciais (Educação, saúde e infra-estruturas) foram os seguintes:

- a) O Investimento, como proporção da Despesa Pública Total, tem estado a diminuir ao longo dos anos.
- b) Em termos nominais, **o investimento total dos sectores sociais tem estado a crescer**. Porém, analisado em termos reais a tendência é ligeiramente decrescente.
- c) Por sua vez, nos sectores sociais (Saúde e Educação em particular) **verifica-se um incremento significativo entre 2014 e 2015**, seguido de uma tendência decrescente nos anos subsequentes;
- d) O aumento do Investimento denotou alguma priorização aos sectores sociais em 2015, tendo-se privilegiado o investimento nos sectores de Educação e Saúde. **Porém, em termos reais, verifica-se uma tendência decrescente destes investimentos antes e depois de 2015**;
- e) O aumento do Investimento verificado entre os anos 2014 e 2015 não se manteve constante, voltando a reassumir uma tendência decrescente.





## PRINCIPAIS QUESTÕES E COMENTÁRIOS DURANTE O DEBATE

Durante o debate do primeiro painel as questões estiveram concentradas nos seguintes aspectos:

### Questões

- Os factores ou razões que justificam a tendência decrescente do Investimento nos sectores prioritários;
- As implicações da redução do investimento público para o alcance dos objectivos dos sectores sociais;
- Como é feita a repartição no orçamento olhando os sectores da saúde, educação, água e saneamento;
- Como é feita a distribuição territorial no orçamento em cada província;
- Será que existe uma rubrica real para cada sector social no orçamento do Estado;
- Qual é a percentagem da contribuição da indústria extractiva para o orçamento do Estado.

No que se refere a sugestões e esclarecimentos foi exposto o seguinte:

- A inflação que tem estado a corroer o poder de compra e, conseqüentemente, a capacidade de investimento público diminui, se o seu aumento nominal não for superior à taxa de inflação;
- A situação da crise financeira e os consequentes cortes orçamentais igualmente alcançam os sectores sociais.
- As principais causas da redução do Investimento público estão ligadas ao aumento dos níveis de inflação e taxa de câmbio, a retirada de doadores que financiavam o Orçamento do Estado, a queda do investimento directo estrangeiro, entre outros.
- A contribuição actual da indústria extractiva é de aproximadamente 1.89% nas receitas fiscais, que constituem cerca de 80% das receitas totais do Estado.





## IIº PAINEL: INTEGRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS E ENERGÉTICOS NOS PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A apresentação incidiu sobre o processo e metodologia do ciclo de planificação. Incluiu a orientação política estratégica relativamente ao tratamento dos recursos provenientes da indústria extractiva nos instrumentos de desenvolvimento.

A apresentação foi estruturada em duas partes princi-

pais. A primeira, que trouxe informação geral sobre o processo de planificação em Moçambique (conceito, elementos, instrumentos e ciclo) e a segunda virada para o processo da planificação dos recursos minerais e energéticos e sua integração do Plano Quinquenal do Governo 2015 -2019.

### PRINCIPAIS QUESTÕES E COMENTÁRIOS DURANTE O DEBATE

As questões levantadas durante este painel giraram em torno da agenda formulada para o país, da clareza e transparência dos critérios de alocação em face de outros processos de governação, como é o caso da planificação distrital e dos desafios de descentralização fiscal (localização dos recursos e dos benefícios nos locais de extracção).

Foi notória também a preocupação manifesta em torno da abordagem de responsabilidade social corporativa. O maior interesse e preocupação tinha a ver com a qualidade das obras realizadas no quadro da Responsabilidade Social e a exigência de responsabilização perante as habituais falhas.

A terceira dimensão das intervenções esteve ligada ao

comportamento das instituições, caracterizado pelo recorrente fechamento relativamente aos impulsos participativos dos cidadãos na matéria de indústria extractiva, para além do entendimento generalizado de desconhecimento das leis por parte dos funcionários e agentes do Estado ao nível local.

A este propósito, as organizações da sociedade civil que intervêm a nível local questionam como podem apoiar na disseminação da informação aos diferentes actores e interessados, e às comunidades em particular, perante instituições hostis à sua contribuição.

Aliado a isso, as contribuições para o debate descortinaram, sobretudo por parte das organizações provenientes dos distritos onde há exploração dos recursos,



preocupações com a falta de informação e transparência relativamente à gestão dos valores destinados ao desenvolvimento comunitário. Não se sabe a quanto correspondem, a que ano de execução e não se conhecem as regras para a utilização. O sentimento generalizado é de que há que reforçar a vontade política para aumentar o conhecimento das comunidades e a transparência.

Finalmente, mas não menos importante, houve um conjunto de questões direccionadas à compreensão de, como cidadãos que somos, como cada um dos moçambicanos terá acesso ao seu quinhão dos recursos. Esta é uma dimensão menos focalizada no processo e aspectos mais estruturais e técnicas da gestão dos recursos, e mais atenta à sua finalidade. As questões apresentadas tinham a ver com se: poderão os tão propagados recursos aliviar a população da pobreza e seus severos efeitos? Virá daí o aumento do número e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, mais renda para as famílias e a dourada oportunidade de florescimento das comunidades?

## Questões-chave

Quando as empresas deixam a percentagem devida no local de exploração, para quem a mesma se destina, administração do distrito ou comunidade?

No contexto da Planificação distrital, como se pode pensar em planificação descentralizada quando o dinheiro não fica no local de extracção? Quais são os critérios de alocação?

- Sobre a responsabilidade social corporativa, em que contexto ela é realizada? Quem paga pelos custos e qual é o processo seguido? Há obrigatoriedade de conformidade com os planos ou é pura filantropia?
- Qual é o plano de desenvolvimento do país?
- Qual afinal é o potencial de receitas da indústria extractiva?
- Como a sociedade civil pode contribuir, ao nível local, para minimizar os problemas de falta de informação nas comunidades, num contexto de fechamento das instituições e de falta de transparência?
- O que está por detrás da baixa execução orçamental de sectores chave, como é o caso da saúde, por exemplo, quando o sector se ressentido da falta de tudo?
- As comunidades não têm a mínima informação do dinheiro que recebem. Não sabem de onde provém, a que percentagem se refere do bolo total, a que ano corresponde, entre outras questões-chave para uma maior apropriação e uma planificação mais organizada do seu desenvolvimento local.

## IIIº PAINEL: PROJECTO MOZAMBIQUE LNG LIDERADO PELA ANADARKO: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL



A apresentação indicou que no contexto da indústria extractiva Moçambique apresenta-se como um país de oportunidades, principalmente pela sua extensa reserva de recursos minerais e energéticos, em particular para o petróleo e gás. Este potencial e a sua localização geográfica estratégica, que permite reduzir os custos operacionais em comparação com outros países, tem atraído um grande número de investidores para o sector.

Entretanto, é importante destacar que o processo que envolve a indústria de petróleo e gás é complexo e novo para a realidade moçambicana, o que coloca um enorme desafio ao país em termos de criação da capacidade técnica, humana e gestão de expectativas. O Projecto de LNG está avaliado em cerca de 20 biliões de USD e é constituído por um consórcio que envolve empresas internacionais (ANADARKO, Mitsui, ONGC, Bharat PetroResource, PTTEP, Oil India LTD), e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), em representação do Governo de Moçambique.

O projecto LNG, em implantação no norte de Moçambique, envolve uma componente social bastante elevada, na medida em que a zona de implantação (Palma) era habitacional onde residiam várias famílias. Um dos grandes desafios neste projecto é o reassentamento da população. Para dar resposta a este processo, estimou-se um



investimento social de 4,5 milhões de USD. O processo de reassentamento da população está em curso e inclui aspectos como (i) construção de uma nova vila para as comunidades locais, (ii) implantação de infra-estruturas públicas próximas à zona de reassentamento (iii) investimento na educação da comunidade local, através da formação técnico-profissional e para o trabalho e; (iv) investimento no processo de desenvolvimento local para as comunidades, através da formação técnica e para o trabalho; desenvolvimento de projectos de rendimento, integração dos membros da comunidade no Projecto de LNG na fase de início da produção.

Existe uma interacção positiva entre o projecto e o sector público (Governo de Moçambique) e nesse âmbito, ao nível do Projecto:



- As entidades governamentais são parte das equipas do Projecto, através da participação do Instituto Nacional de Petróleo (INP) e Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH);
- As entidades governamentais também integram as equipas de Marketing do Projecto baseadas nos EUA e em Singapura;
- A ANADARKO tem estado envolvida no apoio ao desenvolvimento da Estratégia de Conteúdo Local;
- Espera-se que cerca de 50 milhões de USD sejam despendidos com as empresas locais (moçambicanas);
- Existe uma linha de oportunidades para o desenvolvimento de agro-negócios, através do projecto “Catalisa”.

## PRINCIPAIS QUESTÕES E COMENTÁRIOS DURANTE O DEBATE

**As principais questões levantadas pelos participantes tiveram enfoque nos seguintes aspectos:**

**Processo de reassentamento das comunidades locais:** dado que este sempre acarreta riscos sociais para as próprias comunidades, pelo facto de que nem tudo que anteriormente é previsto é implementado, viu-se haver a necessidade de se garantir que os benefícios para as comunidades reassentadas sejam acauteladas.

**Formação do capital humano local (moçambicano):** destacou-se a relevância de uma garantia da inclusão das comunidades locais no processo de formação e emprego no Projecto LNG. A este propósito, vincou-se a necessidade de não apenas se prever a integração de quadros superiores no projecto na fase de produção, mas também de quadros com formação técnico-profissional do país.

**Sinergia entre o Projecto de LNG e as comunidades**

**locais:** notou-se a necessidade de se garantir a participação da comunidade local em todo o processo (com destaque para o reassentamento) de modo a evitar futuros conflitos; Garantir um maior fluxo de informação e comunicação, bem como transparência de todo o processo; Garantir a responsabilização de parte a parte em todo o processo.

**Benefícios da exploração de recursos (petróleo e gás):** destacou-se a importância de haver uma maior transparência na aplicação das receitas provenientes da exploração dos recursos em benefício dos moçambicanos e do país; Divulgação da informação em relação aos ganhos e a respectiva aplicação para o desenvolvimento do país.

**Gestão de expectativas:** foi discutida a necessidade da gestão das expectativas, no sentido de se compreender que os benefícios da exploração de recursos virão a médio e longo prazo e não de forma imediata.





## ASPECTOS ADICIONAIS DISCUTIDOS

**Em relação ao risco social do reassentamento:** O processo sempre acarreta riscos, para além do processo em si ser bastante emocional, pelo que é sempre fundamental que o processo seja gerido de forma cuidadosa;

**Sobre o Reassentamento em si:** No âmbito do processo de reassentamento em curso há um trabalho

realizado que envolve vários actores (Governo, comunidades e Sociedade Civil). O processo de reassentamento não olha apenas para a compensação das comunidades, mas também para as questões relativas à melhoria das condições de vida das comunidades, ou seja, a formação para o desenvolvimento de actividades de rendimento e emprego, o apoio ao desenvolvimento de actividades de rendimento (agricultura, pesca, entre outras), com vista a melhorar as suas condições de vida.



**Sociedade Aberta**

Academia • Comunidade • Acção



Cel: 826437391 ou 847410524  
Fixo: 21783405 - Fax: 21783405



Email: [s\\_aberta@yahoo.com.br](mailto:s_aberta@yahoo.com.br)



Av. Kofi Annan, Bairro da Matola B  
Nº 50 Matola 700, Moçambique

### Apoio:



### Financiamento:

